

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PROTAGONISMOS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

Autora: Juliana Alves de Souza

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIST

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

julianaalves@unifesspa.edu.br

Orientadora: Maria Clara Sales Carneiro Sampaio

mclarasampaio@unifesspa.edu.br

Resumo

O referido trabalho tem como proposta apresentar alguns dos resultados da pesquisa de mestrado realizada pela pesquisadora Juliana Alves de Souza, que traz sobretudo a experiência de mulheres indígenas na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, sendo assim, se destaca neste os espaços, dados de ingresso e experiências resultantes da vivência acadêmica destas estudantes indígenas. A Unifesspa é uma universidade recente, mas que desenvolve um bom engajamento frente às políticas de ações afirmativas para pessoas indígenas. Com isso, esse texto aborda apenas a vivência feminina indígena na universidade. Acredita-se que trabalhos desta natureza tenham grande importância para a reflexão sobre os espaços ocupados por mulheres indígenas, seus protagonismos e agenciamentos dentro de instituições de ensino não –indígenas. Ou seja, além de pensar as políticas de ações afirmativas com base em contexto histórico, é preciso também olhar para a questão de gênero para que seja possível compreender a dupla subalternidade da mulher indígena.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Universidade. Ações afirmativas.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração o atual contexto, onde é perceptível uma maior visibilidade do processo de inserção de pessoas indígenas em universidades públicas no país, devido às políticas de ações afirmativas que têm conseguido maior fortalecimento como reação aos movimentos sociais.

Destacamos que esse fenômeno é sobretudo um dos elementos desta pesquisa, onde nos atentaremos ao processo de ingresso, vivência e permanência de mulheres indígenas no ensino superior. Assim, buscamos por meio deste desenvolver e valorizar uma história que tenha rostos, que tenha protagonistas, história esta, que foi por muito tempo negada ou invisibilizada, conforme afirma:

Para ilustrar estas formas de invisibilidade, que a noção de “vazio demográfico” sugere, recorde-se que o denominado “nomadismo” sempre esteve presente nas análises da chamada “crise do extrativismo na Amazônia” (ALMEIDA, p. 33, 2008)

Tendo a compreensão da existência de diferentes realidades, falas e experiências, que jamais serão totalmente expostos aqui, escolhemos ir um pouco mais adiante, e além de acessar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os aspectos referentes à esse processo, valorizar o lugar que a mulher indígena tem conquistado em relação ao ensino acadêmico, suas perspectivas, vivências e narrativas, de acordo com a citação a seguir:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem sentido do que nos acontece, trata-se de um saber infinito, ligado à existência de um indivíduo de uma comunidade, humana particular ou de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem sentido de sua própria existência de sua finitude. (LARROSA, Jorge, 2020, p. 28)

Com isso, este trabalho faz parte da linha de pesquisa : “Cultura, memória e relações de poder” do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIST)¹ da Unifesspa, pois acreditamos que é no âmbito do referido eixo que podemos melhor entender como essas mulheres se compreendem no ambiente acadêmico; como elas percebem as diferentes relações de poder nas quais estão inseridas; e, por fim, de que forma expressam suas pertencas étnico-culturais em um cenário que, mesmo já fazendo parte do ensino superior público brasileiro, por meio de políticas afirmativas, ainda enfrentam a ausência crônica de políticas que promovam uma maior inclusão da população indígena em geral. Assim, a pesquisa foi iniciada no ano de 2019, ainda em forma de Trabalho Conclusão de Curso – TCC, para a obtenção da licenciatura em história na Unifesspa, por parte da atual mestranda Juliana Alves de Souza.

Para este trabalho optamos por apenas apresentar parte dos dados acessados, sendo assim, devido a extensão do trabalho não serão expostas as falas das discentes entrevistadas, pois fazem parte sobretudo da pesquisa de mestrado já mencionada, com isso, nos atentaremos apenas em localizar visualmente como essas estudantes estão engajadas no espaço acadêmico. (ALMEIDA, 2008)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA

Diante disso, apresentaremos alguns dados referentes aos anos 2014-2020, para que seja possível um melhor acesso de quais cursos essas mulheres indígenas estão alocadas, quais os quantitativos de estudantes, suas faixa-etárias e também dados referentes ao ingresso por ano.

¹ Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA:
<https://ppghistoria.unifesspa.edu.br/>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, está localizada no estado do Pará fazendo parte da Amazônia legal, no Sudeste do estado, a cidade de é uma área interligação Econômica entre o Sul e o Norte do estado e também porque pode ser considerada uma cidade que tem uma grande presença de migração.

Imagem 1 – Quantitativo de estudantes indígenas 2020.



Fonte: IBGE, 2020.

Essas migrações ocorreram majoritariamente nas décadas de 60 70 e 80, devido aos ciclos econômicos, como por exemplo ciclo da borracha, o ciclo da castanha e o ciclo do ouro, onde a maioria das pessoas do Nordeste e Sudeste do país migraram para a região em busca de melhores condições de vida. Marabá, atualmente contém aproximadamente 300 mil habitantes, é uma cidade de ligação e fronteira agrícola na Amazônia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Destacando as décadas de sessenta e setenta onde ocorreu esse fluxo migratório. Atualmente a economia é voltada mais para frente agrícola e a produção do ferro gusa. É também uma região marcada pela importância e pela relação com esses Rios, uma terra entre rios essa imagem inferior à direita é o que nós chamamos de orla de Marabá que é um ponto turístico muito importante aqui da nossa cidade, muito valorizada, onde as pessoas vão para observar o Rio.(IDELMA, 2017)

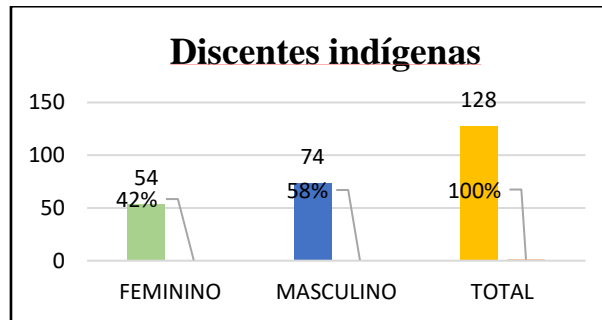
Tendo em vista que a Unifesspa nasceu da lei nº 12.824, de 2013 e que, ainda, suas políticas de seleção especial para o ingresso de estudantes indígenas crescem substantivamente a partir do ano de 2014 (Pesquisa Diagnóstico: Programa de Acolhimento Estudantil e Diversidade Indígenas e Quilombolas na Unifesspa 2016.)², a baliza temporal desta pesquisa se conforma nos parâmetros da história social recente, e isso é muito significativo para pensarmos que trataremos de uma história que está em constante dinâmica dos quais a autora deste trabalho também está inserida.

Destarte, pessoas indígenas atualmente têm ingressado em universidades públicas se valendo de duas formas, seja pelo uso da Lei de cotas 12.711/2012, que como vimos no item anterior tem sido a modalidade em sua maioria aplicada por universidades federais, auxiliada pelo Exame Nacional do Ensino Médio(Enem) e pela distribuição sistemática de cursos pelo Sistema de Seleção Unificado(Sisu), a outra forma de ingresso é a oferta de cursos na modalidade de Licenciaturas interculturais indígenas(Prolind), dispostos pelo Ministério da Educação (Mec).(Bargamashi; Doebber; Brito, p. 39,2018). Desta forma, no gráfico a seguir podemos perceber o quantitativo de estudantes indígenas na Unifesspa:

Gráfico 1 –Quantitativo de estudantes indígenas 2020.

² Pesquisa Diagnóstico: Programa de Acolhimento Estudantil e Diversidade Indígenas e Quilombolas na Unifesspa 2016 - Organização: Unifesspa - Marabá 2017.p. 4-39. Ligada ao Programa de Acolhimento Estudantil Diversidade, da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE), da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Unifesspa (PROEX). Esta pesquisa foi publicada no ano de 2017 e teve como objetivo analisar o ingresso e permanência de estudantes indígenas e quilombolas na Unifesspa. Foram considerados processos seletivos anteriores ao desmembramento da Unifesspa do campus de Marabá da UFPA

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: Centro de registro e cadastro acadêmico da Unifesp -CRCA, 2021.

Como pode-se perceber, existe uma pequena diferença na relação quantitativa entre homens e mulheres indígenas estudantes da Unifesspa. Em relação aos marcadores teóricos que conduzem os esforços da presente análise, fazemos referência a pensadores e pensadoras de diferentes áreas do conhecimento que têm desenvolvido suas reflexões ligadas aos grupos que se identificam com o Subaltern Studies (Estudos Subalternos)³.

Nossos apontamentos partem da teórica indiana Gayatri Spivak, que faz parte dos esforços multidisciplinares que nasceram com a crítica pós-colonial (Spivak, 2010). “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, p 67.)

Nesse ponto de vista pensamos no trabalho as experiências das discentes indígenas da Unifesspa a partir da perspectiva da dupla subalternidade. Onde destacamos a primeira esfera de subalternidade que está ligada a pertença étnica dessas estudantes e dos silêncios históricos que ainda incorporam as populações indígenas brasileiras⁴.

Para a autora, os sujeitos subalternos são silenciados e frequentemente considerados sem história. Não têm, desta forma, poder de fala, posto que suas vozes não têm força representativa nas narrativas histórico-políticas das sociedades das quais fazem parte.

³ Fazemos referência ao tipo de reflexão e de metodologia desenvolvida pelo grupo de estudiosos majoritariamente indiano desde os anos 1980. Dentre os principais teóricos dessa primeira geração podemos citar também Ranajit Guha que, juntamente com Gayatri Chakravorty Spivak, organizaram uma das publicações que marcou o início dos Estudos Subalternos, os volumes de Selected Subaltern Studies (Estudos Subalternos Seleccionados), com o prefácio de Edward Said. Ver GUHA, Ranajit e SPIVAK, Gayatri Chakravorty (Orgs.). Selected Subaltern Studies. Oxford: Oxford University Press, 1988. Em edições posteriores o prefácio 3 Colocar um livro/capítulo que recente que discute esse silêncio

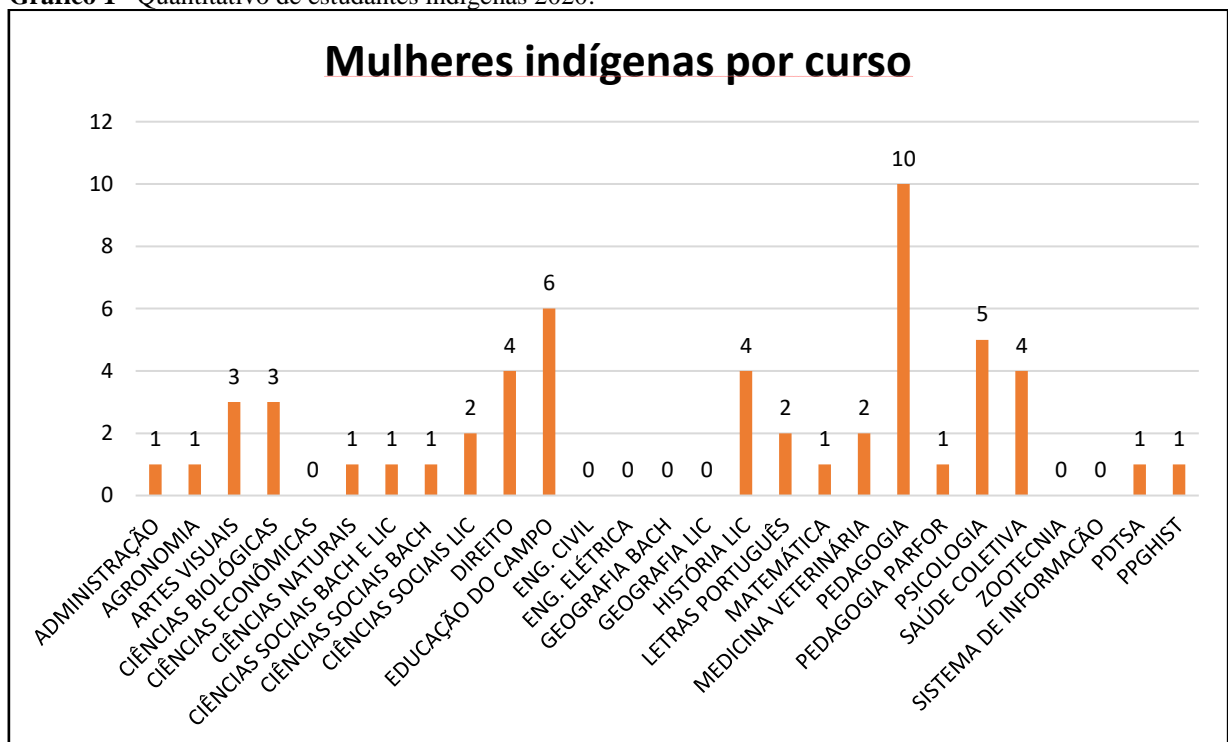
⁴PDTSA – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – Unifesspa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O silêncio histórico sobre as classes e grupos subalternos, assim, no caso das mulheres, é intermediado também pela da subalternidade do gênero, e este é o diferencial de nossa pesquisa, pois como já foi mencionado acima, além de mostrarmos elementos que dizem respeito ao acesso à universidades públicas por parte de pessoas indígenas, destacaremos com maior ênfase o caso da mulher indígena.

Nos referimos à esses sujeitos, porque é devido à essas trajetórias que atualmente precisamos pensar mecanismos que sejam capazes de decolonizar pensamentos e relações de poder que infelizmente são asseguradas pelos vestígios da colonização. (MUNANGA,p. 31-32,2001). Com isso, no gráfico a seguir podemos perceber a distribuição das estudantes indígenas por cursos:

Gráfico 1 –Quantitativo de estudantes indígenas 2020.



Fonte: Centro de registro e cadastro acadêmico da Unifesp -CRCA, 2021.

Como podemos perceber, a maioria das estudantes estão presentes nos cursos ligados à área de ensino, e isso é muito interessante para pensarmos sobretudo quais os elementos que impulsionam esse fenômeno. Dialogando assim, com a noção de luta pelo reconhecimento de seus conhecimentos, pois estas mulheres atuarão profissionalmente como professoras o que significa uma certa preferência pela formação. Onde, compreendemos como decolonidade não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas a produção de conhecimentos, mas também a luta pelo direito ao acesso de espaços como instituições de ensino. (WALSH,2017)

Com base nisso, a fenômeno referente ao ingresso de mulheres indígenas em universidades podem apontar para outros elementos que devem ser analisados, como por exemplo suas motivações para a preferência por cursos na área da educação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante disso, o processo de inserção da mulher indígena na universidade é sobretudo um fenômeno muito importante para ser refletido, pois é sobretudo fruto da luta por direitos que resulta da dupla subalternidade mencionada acima, à luz de Spivak (2010), onde além da reivindicação pelo espaço acadêmico, que historicamente foi negado aos povos indígenas no que diz respeito às políticas educacionais.

A mulher indígena ainda soma com a experiência do gênero, assim, pensamos a necessidade de trabalhos como estes que além de apresentar a presença feminina indígena no ensino superior, abrem espaço também para a reflexão sobre as ações afirmativas. Pois, diante disso, as estudantes indígenas, ao acessarem o espaço acadêmico levam consigo suas motivações, e experiências que dialogam sobretudo com a realidade vivida por elas em suas comunidades indígenas.

Assim, o diálogo resultante da vivência indígena com os não indígenas, acarretam mudanças espaciais, estruturais e sobretudo intelectuais, pois essas mulheres indígenas produzem na universidade materiais nunca antes pensados, ou seja, elas criam trabalhos acadêmicos, como o exemplo dos trabalhos de conclusão de curso, exigido como componente de cumprimento de curso no ensino superior, então, imaginemos que produções como estas além de inovar, são importantes para que pesquisadores não indígenas possam ouvir/ler as concepções de mulheres indígenas sobre diversos temas.

Isso dialoga também com o que Walsh(2017) aponta sobre a valorização do conhecimento oriundo da concepção de decolonidade. Ou seja, na perspectiva da subalternidade (SPIVAK, 2010), buscamos apontar neste trabalho que além da questão indígena e do acesso desse público ao ensino superior, respaldado por leis que são oriundas dos movimentos sociais,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensar o protagonismo da mulher indígena também é emergente. Buscando a valorização dos protagonismos, e experiências que estas discentes vivenciam.

Assim, Scott(1995) muito nos ajuda quando aponta a necessidade de se pensar a categoria de gênero dentro da pesquisa histórica, ou seja, como já mencionado, além de perceber a ingressão das pessoas indígenas em universidades, e no caso deste trabalho, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Para – Unifesspa, muito ainda nos falta, nessa baliza ao incluirmos a categoria de gênero, nos é possível acessarmos outras realidades, ou seja, o fenômeno das mulheres indígenas na universidade.

Mulheres estas, que representam sobretudo um importante grupo dentro da universidade, e pensar como se relacionam dentro da instituição, quais grupos participam, se desenvolvem também associações, no caso da Unifesspa, a associação dos discentes indígenas - Adiu é atualmente representada por uma discente indígena, e isso é muito relevante para pensarmos como estas estudantes estão inseridas em espaços onde possam sobretudo ter maior engajamento político, como no caso da associação mencionada.

Diante disso, como pode-se perceber no gráfico 1, o quantitativo de mulheres indígenas na Unifesspa é bem próximo da quantidade de homens indígenas na instituição. Assim, como já foi mencionado, além da necessidade de revisar as leis e bibliografias referentes à ações afirmativas para a população indígena em geral, sobretudo sobre seus protagonismos em cursos de graduação em universidades é necessário também refletir sobre uma olhar da perspectiva de gênero, onde os aspectos ligados à vivência da mulher indígena como fruto da dupla subalternidade (SPIVAK, 200), é preciso contudo compreender as formas de agenciamento destas.

Assim, como já foi exposto neste trabalho, nossa proposta foi apenas apresentar parte dos dados obtidos em relação à participação de mulheres indígenas em universidade, neste caso, a Unifesspa. Pois a pesquisa completa se encontra em andamento com vínculo no Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST/UNIFESSPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia e que dominam a vida intelectual. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Disponível em: https://docgo.net/detail-doc.html?utm_source=antropologia-dos-archivos-da-amazonia-a-wb-de-almeida-pd

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje. v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012. Disponível em :< <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39> >. Acesso em 15 de Maio de 2021.

BEZERRA, Rosemayre; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Mulheres amazônidas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia. In: OLIVEIRA, Tatiana. Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares. p. 84 – 118, 2020

BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992

BRASIL. LEI Nº 12.824. de 5 de Junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12824.htm >. Acesso em: 21 de outubro de 2018

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 21 de outubro de 2018

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direito e cidadania. São Paulo: Claro Enigma 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da Questão Indígena. Estud. av. vol.8 no.20 São Paulo Jan./Apr. 1994. Disponível em :< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100016> Acesso em: 19 de Agosto de 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, 2011, p. 15-29.

LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autentica, 2015. Coleção: Experiência e sentido.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, jul/dez, 1993.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. História Unisinos. Vol 21 n°1 – Janeiro/ Abril, 2017

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Cultura História em Debate. São Paulo : Editora da Unesp, 1995, p. 82,83 e 85.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul/ Boaventura de Sousa Santos, 1ed. ;2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

SCOTT, Joan. “História das Mulheres. In. BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992

SILVA, Jerônimo da; POSSAS, Hiran de Moura. “Fazendo o caminho de volta”: Memória e crítica a partir de Concita Sompré. In: SILVA, Idelma Santiago da et al. Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental. – 1 ed, Belém (PA): Paka – Tatu, 2017

SOUZA, Juliana Alves de. Mulheres indígenas e universidade: perspectivas, vivências e narrativas / Juliana Alves de Souza; orientadora, Maria Clara Carneiro Sampaio. – Marabá:[s. n.], 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. N. 38: Crítica cultural latino – americana,1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/14665>

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória – a cultura popular revisitada. 3a. ed. São Paulo: contexto, 1994. 153 p

MUNANGA, K. O Anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

WALSH, Catherine. Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.

GRUPIONI, L.D.B. Políticas Indigenistas: Referencial curricular nacional para escolas indígenas, 2016. In: Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/uAo3Fz> Acessado em: 19 de setembro de 2018